ISSN: 2358-8829

DIGNIDADE MENSTRUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA.

Tatiane de Lucena Lima [1]
Sônia Lima de Carvalho[2]

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as políticas públicas e as vivências escolares sobre a dignidade menstrual no Brasil, a partir da categoria analítica de gênero e suas interseccionalidades, tendo a escola como espaço essencial de diálogo e educação. A problemática envolve ampliação da pauta da menstruação na sociedade, nas políticas e nas escolas, de modo a permitir acesso ao conhecimento, aos recursos, ao saneamento básico adequado que, decerto, implicam diretamente no desempenho escolar e no bem-estar de pessoas que menstruam.

A relação entre dignidade menstrual e violência de gênero no contexto de uma escola pública de educação básica do município de Feira de Santana-Bahia constitui-se o foco deste trabalho. Sendo assim, quais as garantias e as implicações das políticas públicas sobre dignidade menstrual para meninas e pessoas que menstruam? Qual a relação entre dignidade menstrual e violência de gênero no contexto escolar? A pesquisa resulta do projeto[3] "Trabalhando Violência e Gênero nas Escolas", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres e Relações de Gênero (Mulieribus), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), evidenciando estratégias extencionistas articuladas a parcerias com o Coletivo de Mulheres de Feira de Santana e a Rede de Proteção às Mulheres.

A dignidade menstrual é um direito humano fundamental, diretamente relacionado à saúde, à educação e à igualdade de gênero. No Brasil, a precariedade no acesso a produtos de higiene menstrual, a ausência de infraestrutura adequada nas escolas e o silêncio institucional reforçam desigualdades de gênero, raça e classe, configurando-se como uma forma de violência

[1]Doutora pelo curso de Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, tatianelucena@ufrb.edu.br;
[2]Professora orientadora: Mestra, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, slcarvalho@uefs.br;
[3] Refere-se ao Projeto de Extensão financiado pela própria Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Bahia.

ISSN: 2358-8829

estrutural que incide, de modo particular, sobre meninas e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O debate sobre dignidade menstrual é fundamental na atualidade, pois tornou-se um central nas discussões sobre direitos humanos, equidade de gênero e políticas públicas no Brasil. Estudos recentes apontam que a falta de acesso aos absorventes, saneamento básico e informação adequada impacta diretamente o desempenho escolar e o bem-estar de meninas e pessoas que menstruam (Silva, 2021). Nesse sentido, a pobreza menstrual afeta milhões de estudantes em todo o mundo, comprometendo sua permanência na escola (UNFPA, 2021).

Dessa maneira, a dignidade menstrual ultrapassa à esfera biomédica, alcançando dimensões sociais, culturais, econômicas e educacionais. No contexto escolar, as vivências menstruais são impactadas por desigualdades estruturais. A ausência de infraestrutura, o tabu em torno da menstruação, o bullying e as discriminações interseccionais contribuem para o afastamento das estudantes, prejudicando sua permanência e seu aprendizado.

Para tanto, foram utilizados referenciais teóricos como: Abramovay (2015), Brasil (1988, 2015, 2021, 2024), Saffioti (2004), Louro (1997), entre outros. A abordagem teórico-metodológica se insere no campo da pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, através das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, cujo universo de pesquisa foram estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Feira de Santana - Bahia, para apreender as percepções sobre os corpos que menstruam e as masculinidades em formação.

O estudo adota uma abordagem interseccional para compreender corpos que menstruam, especialmente corpos negros, periféricos e empobrecidos, que vivenciam a menstruação como campo de disputa, vulnerabilização e resistência no Brasil.

Constatou-se que, apesar das políticas públicas criadas, a temática ainda é pouco difundida e efetiva, restringindo-se, na maioria das vezes, à distribuição de absorventes higiênicos. Por outro lado, é fundamental analisar que a pobreza menstrual é atravessada por questões de gênero, classe social, raça-etnia, sexualidades. A pesquisa evidenciou que a menstruação na escola ainda traduz um marcador simbólico de inferiorização do feminino e aponta para o total desconhecimento das estratégias para enfrentamento à pobreza menstrual. Reafirma que deve ser garantia do Estado o conjunto de estratégias políticas e educativas focadas na garantia de direitos e na promoção da equidade de gênero no ambiente escolar.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

ISSN: 2358-8829

A pesquisa, de abordagem qualitativa e participativa, se caracteriza como pesquisa-ação, conforme Thiollent (2011), articulando diagnóstico, intervenção e avaliação por meio de oficina pedagógica, além das pesquisas bibliográficas e documental, garantindo coerência articulação entre os objetivos da investigação, os procedimentos adotados e à interpretação dos dados (Minayo, 2014; Thiollent, 2011).

O projeto "Trabalhando Violência e Gênero nas Escolas" da UEFS, desenvolvido atualmente em cinco em escolas públicas de Feira de Santana-Bahia, foi institucionalizado pela Resolução CONSEPE nº 140/2013 e registra atuação continuada nas escolas do município. Em seu íntere, a oficina foi concebida como experiência formativa, capaz de estimular reflexão e fomentar a construção coletiva de sentidos sobre o tema.

A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa em educação, na confluência com Direitos Humanos, buscou compreender a profundidade dos fenômenos educacionais, focando em interpretações, significados, experiências e contextos (Lösch, Rambo e Ferreira, 2023). O estudo de cunho exploratório, enfrentou a complexidade de uma temática interdisciplinar, onde a educação, os direitos humanos e políticas públicas se intercruzam para compreender as políticas e as práticas que excluem adolescentes e corpos que menstruam no contexto escolar e, também as ações do projeto de extensão que se apropria das colocações de Lösch, Rambo e Ferreira (2023): As pesquisas exploratórias buscam respostas para questionamentos e dedicam-se à identificar e compreender fatos/acontecimentos da educação que precisam ser explorados.

Considerando essa abordagem teórico-metodológica, foi realizada uma oficina pedagógica com 40 estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública estadual de Feira de Santana, com o objetivo de discutir a Dignidade Menstrual em articulação com as questões de gênero, a fim de captar a percepção destes sobre a temática.

As etapas da oficina, combinaram momentos expositivos, atividades práticas, dinâmicas sensoriais e espaços de diálogo aberto, através de diversas atividades. Inicialmente, foi utilizada a análise fílmica (vídeo do YouTube sobre Pobreza Menstrual em 2022), seguida da exposição conceitual sobre o tema para desmitificar tabus, estigmas e desinformação, que moldam as percepções sobre o corpo feminino e afetam a vivência das adolescentes. A terceira etapa consistiu uma dinâmica sensorial com um absorvente tingido com tinta vermelha, passado para todos os estudantes, simbolizando o sangue menstrual, cujo objetivo foi relatar os sentimentos e as sensações. Após a dinâmica, o tema menstruação foi discutido em articulação com outros temas: desigualdade de gênero, condições materiais, raça e território.

ISSN: 2358-8829

A oficina avançou para a roda de conversa sobre vivências e desafios relacionados ao período menstrual. Nela, os estudantes discutiram bullying, ausência de insumos básicos, dores, evasão escolar e vergonha, expondo suas narrativas pessoais através dos relatos de experiências.

Na sequência, foi apresentado o aplicativo Meu SUS Digital (Ministério da Saúde, 2024) para que os(as) estudantes o conhecessem, e possibilitasse o acesso gratuito à absorventes para pessoas em situação de vulnerabilidade. A oficina prosseguiu com a dinâmica intitulada "pedra invisível", que abordou a empatia e a percepção das desigualdades cotidianas enfrentadas por quem não dispõe de itens básicos de higiene menstrual. Uma mochila representou o corpo feminino e, dentro dela, "pedras", substituídas por livros, simbolizavam as exclusões, demonstrando o peso simbólico sobre este corpo. A oficina foi finalizada com o "Mural: Dignidade Menstrual", no qual os estudantes deixavam a marca da sua mão pintada com tinta vermelha sobre um painel coletivo, que funcionou, de forma metafórica, como espaço de engajamento e apoio às adolescentes, encerrando, assim, a oficina com um gesto de pertencimento e compromisso.

Durante a oficina, foi utilizada a escuta sensível para apreender a realidade que, muitas vezes, é violada ou silenciada, mas que está presente nas escolas e demais espaços sociais. Analisamos as narrativa e a percepção dos sujeitos por meio da *escuta sensível* (BARBIER, 1998), compreendendo também que o silenciamento de muitas experiências é motivado pelo *habitus* (Bourdieu, 1999) do patriarcado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto de extensão "Trabalhando Violência e Gênero na Escola", tem como foco principal a articulação entre universidade e escola para favorecer discussões sobre violências de gênero, visando a desconstrução de preconceitos e discriminações. Nesse sentido, compreendemos a extensão como espaço estratégico para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, para isso, é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, no sentido da transformação social (Castro, 2004).

Nesse contexto, se insere o tema da pobreza e dignidade menstrual, isto porque a menstruação como fenômeno biológico, considerado "natural" nas culturas humanas. Segundo Sardenberg (1994), em seu texto "De sangrias, tabus e poderes", os corpos que menstruam tem sexo/gênero/classe/cultura, e a menstruação vai além dos aspectos biológicos do sangramento, da descamação do útero. O corpo que menstrua possui contextos sociais que atua e que é afetado por este contexto, como a escola, a família e comunidade inserida. Estas colocações são

ISSN: 2358-8829

basilares para se pensar a temática da menstruação no contexto da educação formal e, as consequências geradas, pela sociedade que, em geral, está cercada por tabus e "silenciamentos".

A literatura contemporânea afirma que a dignidade menstrual não se resume à oferta de absorventes, mas também, envolve acesso à infraestrutura, garantia de direitos, combate ao preconceito e desconstrução de desigualdades estruturais. Nesse sentido, Crenshaw (2014) demonstra que o acesso desigual a direitos ocorre por meio da articulação de opressões, como gênero, raça, classe e idade, o que implica que a vulnerabilidade menstrual é mais intensa entre meninas negras, pobres e de periferias urbanas.

Essa lógica permanece evidente quando analisamos o contexto escolar, onde a ausência de banheiros adequados, insumos higiênicos e acolhimento pedagógico reforça o ciclo de exclusões. Em suma, a pobreza menstrual deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, porque o problema ultrapassa a barreira financeira, ramificando-se em complexas implicações sociais e em direitos fundamentais à saúde sexual e reprodutiva.

Nesse sentido, é imperativo ressaltar que a pobreza menstrual representa uma violação sistemática de prerrogativas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, o direito à saúde é expressamente tutelado pelos artigos 6º e 196 e 205 da Carta Magna de 1988, que o definem o dever do Estado em direito de todos. Dessa maneira, considerando que gênero, raça e classe compõem fatores determinantes das experiências menstruais, é imprescindível analisar esses marcadores sociais, que estruturam o acesso à higiene menstrual e à vivência escolar digna.

A Constituição Federal de 1988 estabelece fundamentos jurídicos relevantes para a formulação e a execução de políticas públicas voltadas à superação da pobreza. O artigo 1º, inciso III, consagra a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Já o artigo 3º, incisos I, III e IV, estabelece, entre os objetivos fundamentais do Estado brasileiro, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou discriminações.

Entre os principais marcos legais da proteção social brasileira, destaca-se a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta a assistência social como direito do cidadão. A legislação estrutura a proteção social não contributiva e estabelece mecanismos de atendimento às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a prevenção e a redução dos riscos sociais.

Destaca-se, também, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), estabelecendo diretrizes para a realização do direito humano à alimentação adequada. Essa legislação integra o conjunto de

ISSN: 2358-8829

políticas destinadas à proteção social e à garantia de condições básicas de existência. Sua relação com a dignidade menstrual tornou-se ainda mais explícita com a Lei nº 14.214/2021, que alterou a legislação para prever a inclusão de absorventes higiênicos nas cestas básicas.

A trajetória legislativa dessa norma merece destaque: dispositivos relativos à implementação do programa foram inicialmente vetados, mas o Congresso Nacional rejeitou os vetos em março de 2022. Esse processo evidencia a importância do debate legislativo para a definição do alcance das políticas públicas de saúde menstrual.

O Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, regulamentou a Lei nº 14.214/2021 e consolidou a organização do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual no âmbito federal. Ele estabelece a oferta gratuita de absorventes higiênicos e de outros cuidados básicos de saúde menstrual, tendo como objetivos combater a precariedade menstrual, promover a inclusão das pessoas que menstruam e garantir condições mais dignas durante o ciclo menstrual.

A execução do programa também foi disciplinada por atos administrativos posteriores. Entre eles, destacam-se a Portaria GM/MS nº 3.073/2024, relacionada à inclusão dos absorventes higiênicos no elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil, e a Portaria GM/MS nº 3.076/2024, que dispõe sobre os critérios, procedimentos e monitoramento da disponibilização gratuita de absorventes e de outras ações de saúde menstrual.

Essas normas contribuem para operacionalizar a política pública, definindo procedimentos para o acesso aos produtos e a participação da rede de atendimento. A utilização da estrutura do Programa Farmácia Popular amplia as possibilidades de distribuição, aproximando o benefício da população elegível por meio de estabelecimentos credenciados.

O Programa Dignidade Menstrual constitui uma das principais iniciativas federais de enfrentamento direto à pobreza menstrual. Sua implementação prevê a distribuição gratuita e continuada de absorventes higiênicos às pessoas que atendam aos critérios estabelecidos, além de ações educativas e de conscientização sobre o ciclo menstrual.

A partir desses dispositivos, compreende-se que o enfrentamento à pobreza não deve se restringir apenas à elevação da renda familiar. É necessário desenvolver ações integradas que ampliem o acesso a serviços públicos, alimentação, moradia, saneamento, educação e cuidados de saúde. Assim, a dignidade menstrual pode ser analisada como uma dimensão da garantia dos direitos fundamentais, exigindo políticas públicas permanentes, planejamento orçamentário, articulação entre os entes federativos e mecanismos de monitoramento que permitam avaliar os resultados alcançados.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, o papel da escola deve ser o de divulgar, apoiar a implantação dessa política e fomentar meios de garantir que a dignidade menstrual seja alcançada por famílias que vivem em situação de vulnerabilidades sociais, cujo dever é também, lutar contra o silenciamento, a ridicularização e a negação das necessidades específicas de meninas e corpos que menstruam.

Nesse contexto, a Lei nº 13.185/2015, a conhecida Lei Antibullying, define o bullying como toda prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, que inclui atos de humilhação, intimidação e ridicularização. Tal legislação mostra-se fundamental para a proteção de estudantes que vivenciam violências associadas à menstruação, frequentemente marcadas por estigmas e discriminações de gênero.

Tal lei obriga escolas a realizarem ações educativas permanentes contra o bullying; registrar e acompanhar casos; implementar políticas de prevenção; formar professores e equipes pedagógicas e atuar em proteção da vítima. Incluir a dignidade menstrual nos planos de ação escolar é uma maneira concreta de cumprir a lei, para reduzir estigma, fortalecer a autonomia e prevenir violências. Portanto, a promoção da dignidade menstrual na escola deixa de ser uma escolha assistencialista para se tornar uma exigência ética e legal. Trata-se de desconstruir a engrenagem patriarcal descrita por Saffioti (2004), substituindo o silêncio institucional por políticas públicas que garantam a permanência, a segurança e a dignidade de quem menstrua.

Esse debate centra análise nas questões sobre mulheres, relações de gênero, e, assim, intercruza as interseccionalidades, como: raça/etnia, classe social, sexualidades, etc., na interação com os contextos em que se dão. Crenshaw (2014) define interseccionalidade em sobreposição de sistemas de opressão que estruturam desigualdades. No Brasil, esse debate é atravessado pela centralidade do racismo estrutural e pela histórica feminização da pobreza (Biroli, 2018). A experiência menstrual de meninas negras, indígenas, quilombolas e periféricas é marcada por barreiras maiores no acesso a produtos menstruais, água, saúde e informação.

De acordo com os estudos de (Abramovay, Castro, 2012; Almeida, 2019), estudantes negras sofrem mais episódios de bullying relacionados ao corpo e ao odor, reforçando estereótipos racistas. Além disso, famílias de baixa renda enfrentam dificuldades para adquirir absorventes, levando muitos adolescentes à improvisar materiais inadequados, a exemplo do papel, pano ou miolo de pão (UNICEF, 2021; BRASI, 2021).

A menstruação envolve transformações biológicas significativas: variações hormonais, alterações de humor, cólicas, fluxo sanguíneo e sensibilidade corporal. Embora naturais, essas mudanças são frequentemente invisibilizadas ou tratadas individualmente. Na escola, essas

transformações podem comprometer a concentração e levar à evasão quando não há infraestrutura adequada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina desenvolvida permitiu apreender as percepções, conhecimentos, sentimentos e atitudes de meninas e meninos adolescentes acerca da menstruação, dignidade menstrual e violência de gênero, além de revelar como esse fenômeno biológico permanece socialmente atravessado por estigmas, tabus e desigualdades estruturais. A sistematização dos dados produzidos a partir das rodas de conversa, dinâmicas sensoriais e observação, resultou em construção de categorias analíticas que expressam os principais sentidos atribuídos à menstruação no contexto escolar, conforme dados abaixo.

Tabela 1 – Resultados da oficina sobre dignidade menstrual a partir das experiências, conhecimentos, percepções e atitudes de meninas e meninos adolescentes acerca da menstruação

Categorias	Subcategorias	Percepções dos/as adolescentes
Educação sexual	Educação sexual formal	Ausência de educação sexual sistematizada na escola; curiosidade e busca por informações, majoritariamente em fontes inadequadas; reconhecimento da necessidade de inclusão do tema no currículo escolar, embora a maior parte do currículo permaneça inalterada.
	Educação sexual informal	A menstruação é compreendida como algo sujo ou nojento; percepção de que não é um assunto destinado aos meninos; meninas demonstram nojo, silêncio e vergonha; inexistência de contato dos meninos com a materialidade da menstruação; compreensão de que a transição para o diálogo é lenta, porém inevitável.
Influência da família	Comunicação familiar	Dificuldade em conversar com a mãe ou irmãs sobre menstruação; o tema permanece restrito ao espaço privado e feminino.
Relações escolares	Grupos de pares	Os grupos de pares na escola são percebidos como espaços mais acessíveis para troca de informações, ainda que permeados por estigmas e desinformação.
Internet e tecnologia	Tendências digitais	A internet surge como principal fonte de informação, porém com conteúdos contraditórios, sensacionalistas e, muitas vezes, descontextualizados.
Estigma e tabu	Silenciamento social	Persistência do tabu e do segredo em torno da menstruação; o tema é considerado delicado e difícil de ser discutido abertamente.

ISSN: 2358-8829

Categorias	Subcategorias	Percepções dos/as adolescentes
Impactos no cotidiano	Restrição de atividades	Meninas relatam cólicas, mudanças de humor e desânimo; meninos associam a menstruação ao "mau humor" das mulheres, tendo como referência figuras femininas do convívio familiar.
Representações sociais	Mulheres como impuras	Percepção da menstruação como elemento que torna as mulheres "impuras"; alguns meninos se colocam como vítimas das mudanças de humor femininas nesse período, buscando apoio para si.
Educação e transformação	Necessidade de educação adequada	Reconhecimento da importância de uma educação menstrual adequada; surgimento de autoconhecimento e esperança de mudança nas percepções e atitudes.
Violência e bullying	Menstruação como constrangimento	A menstruação aparece como piada ou instrumento de constrangimento; identificação da necessidade de protocolos escolares de intervenção contra bullying e violência de gênero, bem como sua ampla divulgação.
Consciência crítica	Discriminação de gênero	Ampliação da conscientização sobre as discriminações enfrentadas pelas mulheres, especialmente no ambiente escolar.

Fonte: Elaboração autoral a partir de oficina realizada com estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Os dados evidenciaram que há ausência da discussão sobre educação sexual no currículo escolar, embora ocorra no âmbito do currículo oculto, seja nas conversas, cochichos e risadas entre eles. A escola constitui um dos principais fatores para a reprodução de desinformação, vergonha e silenciamento em torno da menstruação. Os/as adolescentes relataram que, diante da lacuna curricular, recorrem majoritariamente a fontes informais como internet e grupos de pares, que frequentemente reforçam concepções moralizantes, biologizantes e estigmatizadas. Essa análise dialoga com a literatura que aponta a escola enquanto espaço estratégico tanto para a reprodução quanto para a ruptura das desigualdades de gênero (Saffioti, 2004).

As narrativas revelam que a menstruação é amplamente percebida como algo: *"sujo, nojento e vergonhoso"*, sendo considerada pelos meninos, como *"assunto de meninas"*. As adolescentes demonstraram silêncio, constrangimento e medo da exposição pública, enquanto os meninos, em sua maioria, expressaram repulsa, piadas e distanciamento em relação ao fato.

As reações de vergonha, riso e repulsa observadas, na orientação sobre a dinâmica do absorvente, confirmam que a escola atua como espaço de normatização dos corpos. Nesta direção, Louro (1997) faz análise de como, os corpos são educados cotidianamente por meio de gestos, silêncios e discursos, o que contribui para a naturalização da desigualdade de gênero e para o controle simbólico do corpo feminino. Esses comportamentos evidenciam que a menstruação é um marcador simbólico de inferiorização do feminino.

No âmbito familiar, observou-se a dificuldade de diálogo intergeracional sobre a menstruação, sobretudo entre mães, irmãs e filhas, mas a ausência de diálogo entre pais e filhos indica que o tabu não se restringe à escola, mas é socialmente reproduzido. Tal silenciamento reforça a compreensão da menstruação, enquanto condição biológica, dimensão privada da mulher e não diz respeito aos homens. Dessa forma, meninos não se sentem interessados, motivados e nem sentir empatia por corpos que menstruam.

A análise interseccional permite compreender que essas vivências não se distribuem de forma homogênea. Meninas negras, periféricas e de famílias de baixa renda relataram com maior intensidade restrições de atividades, improvisação de materiais, medo do constrangimento público e impacto no desempenho escolar. Assim, a menstruação emerge como fenômeno atravessado por gênero, raça e classe, configurando-se como um fator de exclusão educacional que afeta a permanência, a autoestima e o projeto de vida dessas estudantes, conforme argumenta Crenshaw (2014).

Outro elemento central identificado na oficina refere-se ao bullying menstrual, quando a menstruação é utilizada como piada, insulto ou ferramenta de humilhação. Os relatos evidenciam que essas práticas se caracterizam, em intimidação sistemática, configurando violência psicológica e simbólica. Nessa direção, estudiosos sobre menstruação na Índia explicita informam que "[...] a ideologia menstrual reflete e perpetua estruturas sociais patriarcais que favorecem homens e meninos, e os meninos começam a utilizar a menstruação para estabelecer domínio ainda jovens" (Jayamohan, Tomar, p. 4332). À ausência de protocolos claros de intervenção escolar contribui para a banalização dessas violências.

Apesar desse cenário, a oficina também revelou potencialidades transformadoras. O reconhecimento da necessidade de educação menstrual adequada, o surgimento de reflexões críticas e a esperança de mudança indicam que práticas pedagógicas dialógicas e interdisciplinares são capazes de romper silêncios, desnaturalizar violências e promover a dignidade menstrual, com respeito às diferenças, equidade de gênero e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada permite concluir que a dignidade menstrual transcende a esfera da saúde pública, consolidando-se em pilar fundamental dos direitos humanos e da justiça social. O estudo evidencia que a pobreza menstrual não é um evento isolado, mas um fenômeno de ordem estrutural, cujas raízes se prendem às desigualdades de gênero, raça e classe. Ao adotar uma lente interseccional, percebe-se que o impacto do ciclo menstrual é agravado pela

precariedade geográfica e socioeconômica, transformando um processo biológico em um marcador de exclusão para corpos negros, indígenas e periféricos.

Ademais, é imperativo reconhecer que a garantia da dignidade menstrual é condição *sine qua non* para o pleno exercício do direito à educação. Quando uma estudante se ausenta do espaço escolar por falta de infraestrutura sanitária ou por medo da ridicularização, ocorre uma violação direta ao princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Garantir a dignidade menstrual é reafirmar o compromisso com a dignidade da pessoa humana.

A escola emerge em cenário principal como ambiente educacional pode reproduzir a violência de gênero através do silenciamento e do bullying menstrual, por outro, é um espaço o potencial desconstrutor desses estigmas. Somente através de políticas que reconheçam a pluralidade dos corpos que menstruam e que enfrentem as práticas cotidianas de opressão será possível converter a escola em um verdadeiro território de cidadania, livre de discriminação e plenamente acolhedor às potencialidades de cada estudante.

A metodologia adotada permitiu conhecer, refletir, discutir, informar e propor mudanças, sobre a temática da dignidade menstrual e sua complexidade, encarando os desafios que adolescentes de um contexto social/educacional enfrentam, em Escola Pública de Ensino Fundamental de Feira de Santana e os atravessamentos interseccionais de uma condição biológica, que simbolicamente provocam violência de gênero, bullying, constrangimentos, sofrimento psicológico e evasão escolar.

Palavras-chave: Dignidade menstrual, Políticas públicas, Gênero, Interseccionalidades, Escola.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas.** Brasília, DF: UNESCO, 2015.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos, SP: UFSCar, 1998. p. 168-199.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à

Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021.** Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: PBRASIL. Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Dignidade Menstrual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Meu SUS Digital.** Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://meususdigital.saude.gov.br. Acesso em: 5 jan. 2026.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas:** discriminação, bullying e responsabilização. Brasília, DF: UNESCO, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens:** interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: HIRATA, Helena et al. (org.). Gênero, raça, classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 231–258.

JAYAMOHAN, Anusree; TOMAR, Shashi Prabha. **Menstruation and masculinity:** Exploring the relationship between boys and menstruation. Journal of Family Medicine and Primary Care, v. 13, n. 10, p. 4332, Oct. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani**. Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SARDENBERG, C. M. B. De Sangrias, Tabus e Poderes: A Menstruação em uma perspectiva sócio-antropológica. **Revista Estudos Feministas**, 1994.

SILVA, T. **Menstruação e desigualdade social:** uma análise sobre pobreza menstrual. Editora Acadêmica, 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. **Menstrual Health and Gender Equality Report.** New York, 2021.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza menstrual no Brasil:**

ISSN: 2358-8829

desigualdades e violações de direitos. Brasília, DF: UNICEF, 2021.